



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140803 - RS (2021/0001950-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : TIAGO TCACENCO FIGUEIRO (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por TIAGO TCACENCO FIGUEIRO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5061609-88.2020.8.21.7000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente em razão da suposta prática do delito de tráfico de drogas.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar.

Alega que a quantidade de droga apreendida seria pequena, podendo responder ao processo em liberdade

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares menos gravosas, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente, que seja concedida a liberdade provisória até o julgamento final deste recurso e, no mérito, pede o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do voto do desembargador relator (43-49):

2. Denego a ordem. Não existiu nenhuma ilegalidade na prisão

preventiva, porque ela foi decretada de ofício. Este é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (...) . No mérito e sobre o requerimento de liberdade, digo que ele não procede. A prisão preventiva está plenamente justificada na garantia da ordem pública, tendo em vista a atuação do paciente na comercialização de entorpecentes. Sobre o conceito da ordem pública, tem-se como a necessidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra, é abalada pela prática de um delito que, se for grave como o destes autos, tem uma repercussão negativa e traumática na vida de muitas pessoas, propiciando a elas um forte sentimento de impunidade e de insegurança.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente